

A história literária e a “invenção da tradição”

Carlos M. F. da Cunha

Universidade do Minho

Data de aceitação do artigo: 19/09/2008

Resumo

Desde a sua génese, a história literária tem sido um espaço discursivo articulado com a *invenção da tradição* característica de cada nacionalidade, sendo por isso decisiva na criação das identidades nacionais europeias.

Palavras-chave: história, literatura, história literária, identidade nacional

Abstract

Since its genesis, the literary history has been a discursive space combined with the “invention of tradition” characteristic of each nationality, being therefore decisive in the creation of European national identities.

Keywords: history, literature, literary history, national identity

A história literária esteve ao longo do século XIX ao serviço da construção das identidades nacionais, em articulação com a fundação dos Estados-nação europeus. Nasceu ao mesmo tempo que o conceito de literatura nacional, fruto do pensamento romântico, que concebia a literatura (em sentido muito amplo) como a expressão da alma e do génio dos povos. À história da literatura incumbia narrar a história das manifestações verbais desse espírito nacional ao longo da sua existência. Nesse sentido, pode afirmar-se que a história literária resulta do conceito de literatura nacional, na medida em que foi concebida como a sua história. Mas não é menos verdade que foi com a história literária que a literatura nacional ganhou, retroactivamente, uma dimensão histórica. É como se existisse desde os alvares da nacionalidade, quando na realidade foi instituída pelo discurso performativo da história literária, que depois se “naturalizou” e se transformou num *habitus*. Desde o último quartel do século XIX teve uma importância significativa, quando foi divulgada como uma imagem privilegiada da “identidade nacional” através do discurso pedagógico, como consequência do incremento do nacionalismo e do patriotismo na formação escolar, na medida em que o discurso

republicano apostava na educação como factor de regeneração nacional. Serviu também para a difusão da imagem oficial do Império, de cariz épico-colonial, durante o Estado Novo.

A emergência da ideia de literatura nacional é parte integrante deste processo. Tal como noutros Estados-nação europeus, os escritores portugueses assumiram desde o romantismo a missão patriótica de fundarem uma literatura e uma cultura centradas na nação. Desde então, e até há cerca de uma década, a própria literatura portuguesa tomou como tema central a história portuguesa e o estado da nação, o que é particularmente visível num vasto conjunto de movimentos e grupos literários que se destacaram pelo seu diagnóstico acerca do país e pelas soluções que apresentaram para a sua regeneração. Basta recordar o Romantismo, a Geração de 70, o Neogarrettismo, o Saudosismo, a Renascença Portuguesa, o Integralismo Lusitano, etc.¹. A história literária, enquanto narrativa da trajetória da literatura portuguesa, consiste assim numa sequência de movimentos e gerações que procuraram retratar Portugal e redimi-lo da decadência com que foi diagnosticado, em particular desde Herculano.

Como consequência deste sentimento geral de decadência, particularmente marcado pela Geração de 70, e acentuado depois do *Ultimatum*, a nossa identidade cultural foi alvo de uma constante e inquieta interrogação, conduzindo na viragem do século a uma busca d' «o espírito da cultura portuguesa», na procura, segundo Maria de Lourdes Belchior, d' «os valores por que valeria a pena lutar.» (1980: 105). Deste modo, como sublinha Eduardo Lourenço, «O *ser* e o *destino* de Portugal como horizonte de aventura literária converter-se-iam nos finais do século em autêntica *obsessão*.» (1978: 105). Esta introspecção intensiva resulta em grande medida de conjunturas políticas extremamente melindrosas e articula-se com um movimento global de reacção às crises político-económicas e às ameaças de potências estrangeiras, como nos anos 90, em que se conjugam o *Ultimatum*, a revolução republicana de 1891 e a crise do estado liberal e das finanças públicas, o que explica em parte os programas do ensino liceal e as tendências nacionalistas culturais e literárias, que se prolongarão ao longo das primeiras décadas do século XX. De igual

¹ Cf. Eduardo Lourenço, 1978; Belchior, 1980; Berardinelli, 1997; J. P. Coelho, 1970 e 1992; António Quadros, 1989; Isabel A. Magalhães, 2001.

modo, a Primeira Guerra Mundial e as crises da Primeira República, entre outros factores, explicam o acentuar deste nacionalismo².

Aliás, de um modo geral, nessa consciência da decadência que vem de meados do século XVI e se destaca com o Romantismo, revela-se, de acordo com António Machado Pires, «uma das características da nossa cultura: a constante interrogação sobre o *ser português*, a missão de Povo talvez predestinado, um constante balancear entre grandeza e declínio, sonho e quotidiano, passado e futuro.» (1980: 315). Neste contexto, a História e a Literatura continham promessas de redenção, pois guardavam as provas da grandeza do “espírito nacional”, que urgia despertar de novo. Ao dar a conhecer ao povo português um passado glorioso, procurava-se revigorá-lo nas suas tradições, para lhe conferir coesão e unidade nacional³. E se as principais funções externas da identidade nacional são de natureza territorial, económica e política, ela está, segundo Anthony Smith, no centro

de um dos mais populares e omnipresentes mitos dos tempos modernos: o do nacionalismo. No centro deste mito está a ideia de que as nações existem desde tempos imemoriais e que os nacionalistas devem despertá-las do seu longo sono, para que ocupem o seu lugar num mundo de nações. O poder da nação está em parte (...) na promessa do próprio drama de salvação nacionalista. (1997: 35)

Nesta busca da identidade nacional encontramos uma perspectiva cultural que indaga a nação como personalidade colectiva e uma outra que parte da nossa história literária para caracterizar a literatura portuguesa e, a partir dela, tentar definir a nossa identidade cultural, como se observa, v.g., nos trabalhos de Jacinto do Prado

² Trata-se, em suma, do «grande problema da resistência cultural e sobrevivência do País, o do salvacionismo restauracionista que nas épocas que se sucedem às grandes crises de abatimento motiva movimentos de raiz casticista opostos à tendência estrangeira.» (Palma-Ferreira, 1985: 14).

³ Do ponto de vista da produção literária, «a esta vivência decadentista liga-se indissolúvelmente, como reverso de uma mesma percepção do passado, o sentimento saudoso, essa saudade que, do *Camões* garrettiano a Pascoais, se foi avolumando também, a ponto de se transformar em movimento, em programa, e aspirar a filosofia nacional.» (Serrão, 1983: 116).

Coelho: *A literatura portuguesa, expressão duma cultura nacional* (1970); *Originalidade da literatura portuguesa* (1977)⁴.

O próprio cânone literário português, a partir do romantismo, colocou numa posição central um conjunto de obras que se ocupam de Portugal e da sua história (v.g. *Os Lusíadas*, *Viagens na Minha Terra*, *Os Maias*, *Mensagem*). A questão de Portugal e da identidade nacional continua, ainda hoje, a ocupar um lugar de relevo na literatura portuguesa, não só a nível temático, mas sobretudo através da história da literatura portuguesa e do seu ensino, que, de certo modo, ilustra a história de Portugal através dos seus escritores. Como observa Eduardo Lourenço, «é sob a pluma de Garrett que pela primeira vez, e a fundo, *Portugal se interroga*, ou melhor, que Portugal se converte em permanente interpelação para todos nós.» (1978: 89).

Esta interrogação, que parece longe de estar esgotada, mantém-se viva no discurso literário, ensaístico, histórico e sociológico⁵. No entanto, segundo Eduardo Lourenço, Portugal é um país sem problemas de identidade nacional propriamente ditos. A nossa questão é a da nossa imagem enquanto produto e reflexo da nossa existência e projecto históricos ao longo dos séculos e em particular na época moderna. (1978: 13-4; cf. 1994: 19)

Este aparente paradoxo não resulta apenas de uma questão de linguagem (imagem em vez de identidade), mas de um certo modo de reflexão sobre esta questão. Boaventura Sousa Santos exerce, a este nível, uma actividade desconstrutiva, ao analisar criticamente o que designa o «excesso mítico da interpretação da sociedade portuguesa» produzido por «elites culturais de raiz literária» (1994: 50), que se naturaliza como «senso comum» na definição do «carácter nacional» (*id.*: 54).

⁴A este nível mais amplo e numa acepção cultural, uma longa linhagem de intelectuais procurou caracterizar a personalidade cultural do povo português, ora em termos histórico-culturais, ora em termos mítico-simbólicos, como Jorge Dias, Orlando Ribeiro, Teixeira de Pascoaes, Jaime Cortesão, António Sérgio, Joaquim de Carvalho, Agostinho da Silva, João de Castro Osório, Álvaro Ribeiro, Jorge de Sena, Francisco da Cunha Leão, Hernâni Cidade, António José Saraiva, Joel Serrão e José Mattoso. Todos procuram, no fundo, como no título de um estudo de António José Saraiva, "Algumas Feições persistentes da Personalidade Cultural Portuguesa" (1996: 75-107). Destacam-se ainda os que procuram definir as características da literatura portuguesa, como João de Barros, Carolina Michaëlis, Aubrey Bell, Fidelino de Figueiredo e António Salgado Júnior.

⁵ Sobre esta pesquisa da identidade nacional no pós-25 de Abril cf. Onésimo Almeida (1984), que a considera um tópico obsessivo.

Ora, parece evidente que os discursos de Eduardo Lourenço e de Boaventura Sousa Santos se enquadram em formações discursivas diferentes e, de certo modo, opostas, uma de pendor literário (a “psicanálise mítica”) e outra de natureza sociológica, com base na história⁶. Mas o tema “Portugal” continua a suscitar práticas discursivas constantes, seja em relação ao passado, seja perante os novos desafios da integração europeia e da globalização. Basta recordar os seis volumes da antologia *Portugal como Problema* (2006), organizada por Pedro Calafate e José Luís Cardoso, os recentes ensaios de José Gil (*Portugal, hoje: o medo de existir*, 2005), Guilherme de Oliveira Martins (*Portugal: Identidade e Diferença. Aventuras da Memória*, 2007) e Miguel Real (*A morte de Portugal*, 2007). Ou o ciclo de nove conferências organizado pela Fundação de Serralves, entre 14 de Fevereiro e 22 de Maio de 2008, intitulado “Portugal: Sim ou Não?”. A última sessão, denominada “O Sentido”, contou com as vozes de Eduardo Lourenço e José Gil, para, de acordo com o programa, reflectirem sobre «como curto-circuitar o ‘labirinto da saudade’ se persistirmos no ‘medo de existir?’».

Este amplo espaço discursivo, da literatura ao ensaio poético ou filosófico, passando pelo discurso histórico, antropológico e sociológico, era no passado ocupado sobretudo pelo discurso da história literária, que, parece-nos, gerou em grande medida esta possibilidade de reflexão identitária. A história literária teve a função de estudar a literatura nacional/portuguesa ao longo da sua história, tentando articular a história política com a história das produções literárias, encaradas como reflexos e documentos da sua época. Percorrer a história da literatura portuguesa equivalia a estudar a evolução da “alma nacional” através da história de Portugal. Ela era mesmo considerada como a história profunda da nação, mais reveladora e autêntica do que a história político-militar, e a sua escrita constituía o ponto culminante da carreira de um filólogo. A nosso ver, o seu maior efeito consistiu em servir de fundamento a uma certa forma de conceber a identidade nacional, de reflectir sobre Portugal e

⁶ Isabel Pires de Lima agrupa os vários tipos de discurso de indagação sobre Portugal em duas vias distintas. Por um lado, no ensaio, a reflexão sobre a identidade nacional concretiza-se «em discursos substancialmente diferentes: um discurso de feição mítica e ontologizante e um discurso mais mítico-psicanalítico; na segunda, que persegue uma dimensão científica, pontificam um discurso sociológico-antropológico e um discurso histórico.» (1996: 136). Na sua óptica, tudo o que está para além desta última via «é ficção, tudo o resto é literatura...» (*id.*, 140). A autora revela-se muito crítica sobretudo em relação a Eduardo Lourenço (*id.*: 137).

de o “imaginar”. Esta articulação tem uma forte dimensão especular e a este propósito ocorre-nos o ensaio de Lacan sobre “O estádio do Espelho como formador da função do Eu” (1966), em que mostra o papel do imaginário (da imagem, ao espelho) e da alteridade na construção da identidade. Nesta apropriação, diríamos que a história da literatura portuguesa é o espelho através do qual a literatura portuguesa se identifica e se projecta como imagem possível da identidade nacional.

Ao mesmo tempo, o conceito de literatura tem na sua génese uma dimensão nacional, o que faz com que as obras literárias sejam elas próprias um *espelho* da *alma nacional*. Por isso, a história literária apresenta-se como uma espécie de imagem de segundo grau (ocultando o seu papel fundacional), que funciona como garantia da estabilidade diacrónica dessa imagem. Se, como demonstra Anne-Marie Thiesse (1999), a criação das identidades nacionais foi fundamental para a instituição dos modernos Estados-nação, é preciso termos em conta a função da literatura na criação dessas identidades, como sublinha Ítamar Even-Zohar, na medida em que ela permitiu uma certa coesão sociocultural, mediante a vinculação de uma língua e literatura específicas (com o seu cânone próprio) à identidade cultural de uma nação, induzindo a um certo sentimento de solidariedade e disponibilidade colectivas (1994).

É ainda necessário reconhecer que através da história literária - como através da história-, o passado é colocado ao serviço do presente. Como destaca David Perkins, the function of literary history is to produce useful fictions about the past. «More exactly, it projects the present into the past and should do so; it makes the past reflect our concerns and support our intentions.» (Perkins, 1992: 182). Ora a história literária emergiu em Portugal num dos momentos históricos mais importantes desta reformulação do passado em nome do presente, com o Romantismo e a Revolução liberal, servindo para legitimar um novo sistema de valores político-culturais.

O pensamento romântico, sobretudo com Garrett, assenta nos conceitos que servem de suporte ao nacionalismo liberal emergente, a soberania nacional e popular, numa clara articulação entre os códigos do sistema literário e a ideologia liberal, implicando a construção de uma “história nacional” e a recuperação das “tradições nacionais”, no âmbito de um espaço discursivo amplo, desde o romance e o drama históricos à historiografia. Noutros moldes, mas não com menor empenhamento, também Herculano pretendia a “regeneração” do

país e a instituição de uma nova “mitologia nacional”, como declara na famosa apologia do nacionalismo literário e cultural que está presente no ensaio “Poesia: Imitação, Belo, Unidade” (1989 [1835]). Mas esta necessidade da construção de uma cultura nacional persistirá nas gerações seguintes. A. P. Lopes de Mendonça afirma-o inequivocamente: «temos de improvisar (...) uma civilização inteira» (1849: 11). Neste âmbito, era urgente a construção da história da literatura portuguesa enquanto totalização de uma memória cultural nacional, a partir de uma continuidade histórica ancestral e de uma partilha social da mesma. A assimilação da literatura, na sua acepção mais ampla, à nação, enquanto expressão do “espírito nacional”, na sua diferenciação e especificidade, traduziu-se no facto de esta passar a ter o imperativo ético de se colocar, directa ou indirectamente, ao serviço da nação. A literatura, entendida como equivalente a cultura nacional, passou assim a ser o signo das “luzes” de um país, do seu adiantamento ou atraso civilizacional.

Neste momento inaugural, a literatura nacional e a sua história tornam-se fundamentais na criação das *fronteiras culturais* da nação, através da construção da *literatura portuguesa*, entidade que não existia enquanto tal antes de finais do século XVIII. A sua construção será o resultado da “invenção da tradição” no espaço do “imaginário nacional” ou no seio de uma “comunidade imaginada” nacional, instaurando uma continuidade entre todos os textos literários produzidos no espaço nacional, desde as suas “origens”, que passam a funcionar como *documentos* desse passado e dessa história, numa lógica circular, partilhando entre si sobretudo o facto de serem nacionais. A literatura passa assim a estar integrada circularmente num duplo imaginário, o da nação (e das suas representações) e o da literatura nacional, assimilando em seu torno textos divergentes (v.g., em termos genológicos, temáticos) e singulares, esbatendo a sua individualidade. Por outro lado, a “literatura nacional”, assim homogeneizada, apresenta-se como diferente das outras “literaturas nacionais”.

Este processo cultural emerge por homologia com a entidade política do Estado-nação, que se construiu com base numa “comunidade imaginada”, num “imaginário nacional”, segundo a já clássica formulação de Benedict Anderson (1996 [1983]). Pela primeira vez na história, a coesão social estabeleceu-se através da escrita e das línguas vernáculas. A ascensão da burguesia, auxiliada pelo desenvolvimento da imprensa e dos meios de comunicação

social, alterou as estruturas de coesão e de solidariedade comunitárias (*id.*: 77). A “revolução filológica”, que consistiu na dignificação das línguas vernáculas (estudo e ensino), auxiliou a consolidação de conceitos como os de soberania nacional (colectiva) e desempenhou um papel primacial nos nacionalismos europeus, quer a nível da reivindicação de uma autonomia política, quer ao nível de uma unificação do espaço nacional.

Numa fase inicial, a natureza nacional do capital literário conduziu, por um efeito de retroactividade, à pesquisa e à catalogação dos textos produzidos no âmbito da nação ao longo da sua história. A acumulação de “capital literário” tornou-se um resultado da sua busca persistente e um “efeito” discursivo, traduzido pela dedução da “antiguidade” de uma literatura, avaliável em função da quantidade de textos canónicos, de “clássicos nacionais” (panteão nacional e escolar) e da sua eventual qualidade de “clássicos universais” (Casanova 1999: 28). Deste modo, segundo Pascale Casanova, “le capital littéraire est national” (*id.*: 55), funcionando como símbolo da identidade nacional, tal como a língua: «langue et littérature ont été utilisées l’ une et l’ autre comme fondements de la ‘raison politique’, l’ une contribuant à ennobler l’ autre.» (*id.*: 56). Como consequência deste processo, elaborou-se para cada literatura nacional um cânone literário próprio, resultante da associação entre certos autores e certas obras com a história nacional, que na sua versão escolar se tornou o modo mais visível de transmissão de uma visão da identidade nacional através dos “aparelhos ideológicos do Estado”. Este critério conduziu ainda à escolha das obras que melhor representavam o “espírito nacional”, e que ao mesmo tempo sobre ele exerceram um efeito positivo, numa acção de reciprocidade. Essa é a razão para Teófilo Braga considerar Garrett e Camões, juntamente com Gil Vicente, como os grandes representantes da nacionalidade, por terem realizado a “síntese afectiva” da nação em épocas decisivas⁷. Por isso, a dimensão estético-literária chega a ser considerada insuficiente para a avaliação dos grandes escritores⁸.

⁷ «Camões e Garrett estão a par como as duas almas que tiveram mais profundo o *sentimento da raça*, e que mais sofreram as *catastrophes da nacionalidade* portuguesa.» (1905: 674-5); «Para a crítica europeia Garrett representava toda a literatura portuguesa moderna, como Camões toda a gloriosa época da Renascença.» (*id.*: 676-7); «Gil Vicente e Garrett synthetisavam uma mesma elevação social; um creara o teatro como órgão da opinião publica para uma burguezia preponderante, o outro restaurara o

Mas o nacional é algo que, à semelhança das fronteiras geográficas e políticas, depende do espaço inter-nacional. Por consequência, «la tâche principale des fondateurs de littérature c’ est, en quelque sorte, de ‘fabriquer de la différence’.» (Casanova 1999: 302). O romantismo alemão estabeleceu mesmo como fundamento do juízo de valor literário a originalidade nacional em contraposição com a imitação do estrangeiro, o que se traduz numa afirmação do romantismo contra os princípios do classicismo, que se pretendia universal e constituía o capital cultural da literatura francesa. Construíram assim a história literária das nações. Dividiram as várias épocas literárias em épocas nacionais ou imitativas, segundo a sua fidelidade ou não às tradições nacionais, como sucedeu com os irmãos Schlegel e Madame de Staël, que caracterizou desse modo as principais épocas da literatura alemã: escola francesa, escola inglesa e escola alemã (1968 [1813], I: 169-72). Estabelecem-se assim as fronteiras culturais da nação, que passam pela existência de uma literatura/cultura que a identifica sincrónica e diacronicamente. Deste modo, a identidade revela-se pela ausência de imitação do outro.

Friedrich Bouterwek, o primeiro historiador da literatura portuguesa, utilizou esta oposição entre a escola romântica e a escola clássica, elogiando a literatura espanhola e a literatura portuguesa pelo seu carácter romântico, isto é, pela fidelidade às tradições nacionais. Do mesmo modo procederão depois Sismonde de Sismondi, Ferdinand Denis, Almeida Garrett, Alexandre Herculano e de modo particular Teófilo Braga. Garrett opõe a dimensão nacional-popular do romantismo à opressão clássica e Herculano coloca a tónica na alteridade histórica da “escola antiga” (classicismo) e da “escola moderna” (romantismo). Por seu turno, Teófilo Braga ordenou a história da literatura portuguesa com base nesta dicotomia entre o nacional e o estrangeiro, tendo em conta o quadro evolutivo das literaturas europeias modernas. A sua periodização define-se pela preponderância de um elemento nacional/romântico (as tradições

theatro para um regimen politico da livre expressão do pensamento; ambos se inspiraram na tradição nacional» (*id.*: 683).

⁸ Assim pensam, v.g., Antero e Teófilo, a propósito de Camões: «N’ este ponto de vista, *histórico e psicologico*, não do ponto de vista meramente litterario d’ uma esteril poetica de convenção, é que os *Lusiadas* devem ser estudados e comprehendidos» (Quental 1872: 28; destaque nosso); «O estudo de Camões não póde ser feito exclusivamente pelo lado litterario; visto assim era grande, mas incompleto. Ha n’ elle uma *feição organica*, que explica os problemas da litteratura e da *raça*.» (Braga 1873: 2; destaques nossos).

populares) ou de um elemento estrangeiro/clássico (via Itália ou França), valorizando a persistência da tradição nacional (os elementos orgânicos/estáticos) ao longo da evolução dinâmica/histórica.

Esta orientação deriva do facto de os irmãos Schlegel e de M.me de Staël terem definido as literaturas europeias com base na sua organicidade autónoma ou na sua dependência imitativa. O romantismo alemão, na sua fase conservadora, elaborou mesmo uma cartografia geocultural da Europa com base num certo imaginário que está presente na fundação da história da literatura, como é observável nas obras de Madame de Staël, Sismonde de Sismondi e dos irmãos Schlegel. Esta concepção distingue “duas Europas”, a do Norte e a do Sul, com base na teoria dos climas de Montesquieu, na religião (Católicos vs. Protestantes) e na filosofia da história hegeliana. Em termos históricos, os românticos opunham as literaturas antigas às literaturas modernas e em termos espaciais diferenciavam as literaturas originais do Norte, românticas (nacionais, de raiz popular e medieval), e as imitativas do Sul (*Midi*) da Europa, de matriz clássica (não nacionais e sem tradições autóctones). Um resultado visível desta configuração consistiu na valorização da originalidade da literatura alemã (herdeira da cultura oriental e grega) face à imitação clássica, patente na literatura francesa (herdeira de Roma).

O espaço literário europeu aparece assim com uma cartografia que contribuiu para a elaboração de novas representações das culturas nacionais europeias. Não obstante a valorização de algumas literaturas do Sul, elas são apreciadas pelo seu catolicismo conservador, a que os irmãos Schlegel aderiram, e à luz do mesmo atavismo pelo qual se apreciavam os povos primitivos e as suas culturas, isto é, pelo seu carácter não moderno, pela sua fidelidade a um mundo arcaico. Pelo contrário, as literaturas do Norte são caracterizadas pela sua modernidade e originalidade, resultantes de um progresso histórico.

Para além desta divisão pertencer a uma diferenciação mais profunda, com base no progresso científico da Europa do Norte por oposição ao atraso da Europa do Sul, tem na sua estrutura profunda, como sublinha Eduardo Lourenço, um antagonismo mais antigo, de natureza religiosa: «As *duas* Europas começaram por ser originariamente a Europa católica e a Europa protestante, ou o *catolicismo* de uma e o *protestantismo* de outra.» (1994: 62). Em *Europe (in Theory)* (2007), Roberto Dainotto desenvolve esta oposição, que considera resultante do *imperialismo interno* que a

Europa desenvolveu a partir do século XVIII em relação aos países meridionais, nomeadamente através do retrato negativo que divulgou acerca de Portugal, da Espanha, da Grécia e da Itália, em contraposição com a visão positiva acerca dos países do Norte. No seu entender, a Europa não se construiu apenas contra o “Oriente”, mas também em oposição à sua periferia, às suas *margens*. A história, a literatura e a filosofia estiveram assim ao serviço da “invenção” geocultural e geopolítica das “duas Europas”, cuja continuidade espacial se fracturava numa oposição temporal, estando o Norte no centro da modernidade e o Sul numa periférica e ancestral pré-modernidade.

O critério da originalidade nacional provocou, deste modo, uma “revolução estética” e cultural nas nações europeias:

À l' Antiquité gréco-romaine sont substitués les âges barbares, au monde méditerranéen l' Europe du Nord, aux salons de l' élite raffinée les chaumières rustiques. Une nouvelle théorie de la culture est formulée, qui permet de poser le national comme principe créateur de la modernité. (Thiesse 1999: 23)

A própria literatura francesa, modelada pelo classicismo, foi, de certo modo, forçada a “nacionalizar-se” e a seguir, segundo Michel Espagne, “Le paradigme de l' étranger”. Ao mesmo tempo, porém, procurou agrupar sob a sua égide as “literaturas meridionais”, cuja génese foi fixada na “literatura provençal”, servindo esta entidade como contrapeso à influência das literaturas do Norte (1993: 16-8).

Os primeiros historiadores da literatura portuguesa, regendo-se pela orientação teórica dos românticos alemães, defendiam a tese de que ela não tinha originalidade e era decadente, como Augusto Soromenho, em 1871, na terceira das “Conferências do Casino” (cf. Salgado Júnior 1930: 39) e Teófilo Braga, de modo particular na tese que apresentou em 1872, num famoso concurso para professor de Literaturas Modernas no Curso Superior de Letras. Mais tarde, porém, adoptou uma perspectiva meridional (a ideia da latinidade ocidental, de origem comtiana) e passou a defender que afinal a literatura nacional era fecunda e original, na medida em que se inseria numa tradição secular e autónoma. Declara mesmo que se tratava de «uma das forças morais que sustentam a nacionalidade e a autonomia de Portugal» (1984 [1909]: 60).

Porque narrava uma tradição de uma dada comunidade imaginada, a história literária era uma espécie de história

fenomenológica das nações. As principais tendências da história literária, apesar da sua diversidade, convergiram no facto de atribuírem à história literária o estatuto privilegiado de história do espírito humano (da cultura), chegando a considerá-la como mais verdadeira do que a própria história geral. Este facto deve-se em grande parte à noção dominante de literatura, considerada como o conjunto de produções escritas do espírito humano, em geral, e dos espíritos nacionais, em particular, constituindo por isso a sua “expressão”. Madame de Staël, por exemplo, afirma com uma certa naturalidade que em *De la Littérature* seguiu a história do espírito humano desde Homero até 1789 (1991 [1800]: 297). A autora procurava deste modo estabelecer as leis que determinam a história do espírito humano, com a missão de traçar a genealogia dos progressos deste através das produções literárias. Por seu lado, Friedrich Schlegel mostra-se convicto de que tal estudo tem valor devido à importância da literatura (cultura) na vida social, numa linha que provém do iluminismo e do idealismo romântico. Pensa mesmo que a literatura emerge como um “poder espiritual” com fortes correlações com o poder religioso e político e por isso entende que a história da literatura permitia perceber de modo mais vital e completo esse grande poder de toda a cultura superior do espírito humano, composta pela ciência, pelo conhecimento, pela investigação e pela arte (1829 [1815]).

A convicção da reciprocidade da sociedade e da literatura foi fulcral na constituição da crítica e da historiografia literárias do romantismo português. Um importante historiador e crítico da literatura portuguesa, José Maria de Andrade Ferreira, apoiando-se no pressuposto da correlação entre a literatura e as instituições sociais, defendia o uso do método da história geral pela história literária:

Este genero de critica, como diz Nisard, tem o valor de *uma nova fôrma de historia, debaixo do seu aspecto litterario*. As revoluções do espirito, as alternativas do gosto, e os livros mais celebres são os *acontecimentos*, e os escriptores os seus *heroes*. Mostra-se n’este complexo a *influencia da sociedade sobre os escriptores, e a dos escriptores sobre as sociedades*. (1872 [1859], II: 55; destaques nossos)

Neste âmbito, continua, interessam os factos mais representativos, deduzidos dos eventos singulares. É através deste processo de crítica histórica que se encontra «a *historia das grandes transformações do espirito humano*, traduzidas em fôrmas poeticas e

litterarias. A honra da criação d’ esta escóla pertence principalmente a Villemain. Foi elle quem melhor soube alliar a critica á historia e á philosophia.» (*id.*: 56; destaque nosso)

É com base na ideia da correspondência entre a história geral e a história da literatura que se estabelece a possibilidade de articular os escritores e as obras individuais com o seu tempo. Assim, o fundamental da história literária parece residir na crença da forte articulação entre a literatura e a sociedade/nacionalidade, que Andrade Ferreira considera «uma das leis da moderna crítica literária» (1875: 6), pela «dependência e parentesco congénitos em que se encontram os factos históricos com as manifestações do génio literário» (*ibid.*). Levada ás últimas consequências, esta “lei” implicava o ambicioso projecto de explicar a literatura pela história e a história pela literatura:

a historia litteraria apresenta-se-nos como investigação, registo e analyse dos progressos intellectuaes de um povo, empenho de que resulta o conhecimento e qualificação das suas disposições literárias, faculdades artísticas e tendências morais, o que traça indirectamente o retrato completo de uma nação, como raça, como nacionalidade, como vitalidade literária, quando a queiramos inquirir no que ela possui de mais íntimo e característico, que são as tradições historicas, predisposições moraes e os productos do espirito e do sentimento. (*id.*: 5-6)

A história geral ocupava-se da dimensão factual, das acções, e a história literária versava a história da cultura; aquela analisava o exterior (o político-militar) e esta o interior (a cultura e a literatura). Estas duas vertentes remetem para um novo sujeito em emergência, o povo ou a nação. Deste modo, a história literária deveria ocupar-se do lado profundo e íntimo (espiritual) da história das nações (por vezes oculto na história “visível” das suas acções), que se tornava imperativo reconstruir. Tratava-se, em suma, de transformar a história literária numa “fenomenologia do espírito” hegeliana. Por tudo isto, a história literária passa mesmo a ser considerada “superior” à história geral. Além disso, possuía a vantagem de ter à sua disposição os documentos/monumentos do passado, os textos literários, considerados como formas superiores de expressão do espírito humano e do espírito de cada nação.

Por outro lado, a história das literaturas nacionais baseava-se na ideia de que a nação é um organismo em evolução, quer na

perspectiva idealista dos românticos, quer segundo o determinismo biológico dos positivistas, tendo na sua emergência um forte contributo hegeliano. No primeiro caso, a nação é caracterizada pelo seu “espírito nacional”, pelo seu “gênio”, que se reflecte nas suas obras concretas (literatura, arte, sociedade, política, etc.). Numa perspectiva idealista, Antero de Quental vê mesmo na história literária a possibilidade de aceder à vida espiritual da nação:

A philosophia das litteraturas é uma criação do nosso seculo, cujo genio, ao mesmo tempo subtil e profundo, se revela sobretudo nos estudos historicos, (...) dá uma singular facilidade para penetrar o character das varias raças, o espirito das varias idades e civilizações. (1872: 7)

No lado oposto, mas com resultados similares, situava-se o positivismo, com a sua lógica determinista, que teve como modelo Hippolyte Taine e como protagonista, em termos nacionais, Teófilo Braga, que nunca desistiu de dotar o “espírito nacional” de um fundamento rácico (sucessivamente celta, moçárabe, lígure e lusitano)⁹.

A articulação do escritor e da literatura com a história e com a história literária cristalizar-se-ia, com o positivismo, na noção de *síntese* e de *representatividade*, derivada da articulação de um conjunto de *crenças* e de conceitos anteriores: a literatura como reflexo da sociedade, o gênio artístico como representante e tradutor da consciência colectiva e a história literária como história da civilização e do espírito dos povos. Era este conjunto de pressupostos que permitia a ligação da história nacional à história literária e ao escritor. Tanto na via romântica como na positivista/determinista, predomina uma concepção organicista da nação, em que os indivíduos se integram numa entidade colectiva que os transcende (nação, raça, etc.). O escritor era o porta-voz heróico dessa alma colectiva, o porta-estandarte do “gênio da raça”. Esta articulação era já forte em Taine, ao considerar que o meio, a raça e o momento histórico determinam o escritor e a sua obra, concepção que teve forte influência em Portugal. Com efeito, Antero de Quental, em 1872, nas *Considerações sobre a Philosophia da Historia Litteraria Portuguesa*, começa por analisar a mudança dos últimos cem anos no que respeita à concepção da obra de arte, que de criação individual (determinada

⁹ Para Teófilo Braga, à semelhança de Villemain e de Taine, “a historia litteraria era uma verdadeira sciencia experimental da civilisação e do genio dos povos” (1872: 9-10).

pelo sentimento pessoal, pelo génio e pelas disposições do poeta) passou a ser considerada pela «relação estreita que ha entre a inspiração do individuo e o pensamento da época, a raça, o meio social e o momento historico.» (1872: 8).

A história literária, como podemos verificar é deste modo uma “tradição inventada”, na acepção de Eric Hobsbawm, para quem o imaginário das nações se construiu mediante a “invenção da tradição” característica de cada nacionalidade. A utilização política dessa memória colectiva consistiu no fenómeno que Eric Hobsbawm designou como “a invenção da tradição” (1983: 1-14), *i.e.*, a construção da cultura como uma totalização da memória cultural de um dado momento, um conjunto de práticas culturais governadas por certas regras e rituais de natureza simbólica que visam inculcar valores e normas de comportamento e que normalmente tentam estabelecer a continuidade com o passado histórico. Em termos da emergência dos estados nacionais, as principais funções deste “invenção” articulam-se de modo claro através da escolarização e da divulgação da “língua nacional”, envolvendo, desde 1870, a educação básica, a invenção de cerimónias públicas (festas e comemorações) e a produção massiça de monumentos. Só nesta época, de facto, se começam a activar em termos globais estes factores que fomentam e socializam o “imaginário nacional”.

De facto, a “invenção da tradição” de uma “comunidade política imaginada” tornou-se imperativa no momento histórico em que o estado, a nação e a sociedade convergiam em torno da figura do cidadão-eleitor, devido à necessidade de reestruturar e manter a ordem social, para legitimar politicamente o sistema.

É, aliás, neste enquadramento que se opera uma grande transformação no âmbito do sistema escolar, em que o ensino da história da literatura nacional assume um papel de relevo, ao substituir, com o ensino da língua nacional, o ensino da Poética, da Retórica e da língua e literatura greco-latinas, fundamentando uma tradição literária nacional¹⁰.

¹⁰ Nas sucessivas reformas de ensino que se produziram em Portugal, com as suas motivações político-ideológicas, a literatura nacional, com o seu cânone literário dos grandes autores, foi um forte instrumento de socialização e formação dos jovens cidadãos segundo a imagem oficial da nação. Durante o Estado Novo este processo identitário traduziu-se num revisionismo da memória histórica nacional, transformando o legado “pessimista” da Geração de 70 numa lição heróica, como se pode ler ainda no programa de História e Geografia de Portugal do Ciclo Preparatório, recém-criado, em

BIBLIOGRAFIA

- Almeida (1994): Onésimo T. Almeida, "Portugal and the Concern with National Identity", *Bulletin of Hispanic Studies*, n. LXXI (1), pp. 155-163.
- Anderson (1996): Benedict Anderson, *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*, London/New York, Verso [7ª reimpressão da 2ª ed. revista, de 1991].
- Belchior (1980): Maria de Lourdes Belchior, “A literatura portuguesa expressão de uma cultura nacional? Tradicionalismo e renovação na viragem do século XIX para o século XX – 1890-1915”, em Belchior, *Os Homens e os Livros II (Séculos XIX e XX)*, Lisboa, Verbo, pp. 101-125.
- Berardinelli (1997): Cleonice Berardinelli, “Nacionalismo, linha mestra da literatura portuguesa”, em Cristóvão / Ferraz / Carvalho (ed.s), *Nacionalismo e Regionalismo nas Literaturas Lusófonas*, Lisboa, Cosmos, pp. 75-82.
- Braga (1872): Teófilo Braga, *Theoria da historia da litteratura portugueza*, Porto, Imprensa Portugueza.
- Braga (1873): Teófilo Braga, *História de Camões*, Porto, Imprensa Portuguesa.
- Braga (1984): Teófilo Braga, *História da Literatura Portuguesa – Idade Média*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda [1909].
- Braga (1905): Teófilo Braga, *Garrett e os dramas românticos*, Porto, Chardron.
- Calafate / Cardoso (2006): Pedro Calafate / José Luís Cardoso (ed.s), *Portugal como Problema*, Lisboa, Público/Fundação Luso-Americana.
- Casanova (1999): Pascale Casanova, *La République Mondiale des Lettres*, Paris, Seuil.
- Coelho (1970): Jacinto do Prado Coelho, “A literatura portuguesa, expressão de uma cultura nacional”, *Arquivos do Centro Cultural Português*, vl. II, Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 500-25.
- Coelho (2002): Jacinto do Prado Coelho, *Originalidade da literatura portuguesa*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa [1977].

1968: «Assim, mostrar-se-á que várias condições ou circunstâncias atribuíram a Portugal relevante missão histórica, que esta o conduziu à expansão da civilização europeia e cristã por mares e continentes; e que essa missão continua a ser realizada hoje, entre população numerosa e diversa, nos vários territórios portugueses da Europa, África e Ásia.» (Portaria 23 601, de 9/9).

- Dainotto (2007): Roberto Dainotto, *Europe (in Theory)*, Durham, Duke U. P.
- Espagne (1993): Michel Espagne, *Le Paradigme de l' Étranger. Les chaires de littérature étrangère au XIXe siècle*, Paris, Les Éditions du Cerf.
- Even-Zohar (1994): Itamar Even-Zohar, “La función de la literatura en la creación de las naciones de Europa”, em Villanueva (ed.), *Avances en Teoría de la Literatura*, Universidade de Santiago de Compostela, pp. 357-77.
- Ferreira (1872): José Maria d’ Andrade Ferreira, *Litteratura, Musica e Bellas-Artes*, 2 vl.s. Lisboa, Casa de Rolland & Semiond.
- Ferreira (1875): José Maria d’ Andrade Ferreira, *Curso de Litteratura Portugueza*. Lisboa: Livraria Editora de Mattos Moreira & Comp.^a.
- Gil (2005): José Gil, *Portugal, hoje: o medo de existir*, Lisboa, Relógio d’ Água, 3^a ed.
- Herculano (1898): Alexandre Herculano, *Opúsculos*, Tomo IX, *Literatura – Tomo I*, 3^a ed., Lisboa / Rio de Janeiro, Bertrand/Francisco Alves.
- Hobsbawm / Ranger (1983): Eric Hobsbawm / Terence Ranger (ed.s), *The Invention of Tradition*, Cambridge, Cambridge U. P.
- Lacan (1966): Jacques Lacan, *Écrits – I*, Paris, Seuil.
- Lima (1996): Isabel Pires de Lima, “Rememorar e Futurar ou a Invenção da Pátria”, *Discursos*, n. 13, pp. 135-145.
- Lourenço (1978): Eduardo Lourenço, *O Labirinto da Saudade. Psicanálise Mítica do Destino Português*, Lisboa, D. Quixote.
- Lourenço (1994): Eduardo Lourenço, *Nós e a Europa ou as duas razões*, 4^a ed. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Machado Pires (1980): António M. B. Machado Pires, *A Ideia de Decadência na Geração de 70*, Ponta Delgada, Instituto Universitário dos Açores.
- Magalhães (2001): Isabel A. Magalhães, “Capelas Imperfeitas: Configurações literárias da identidade portuguesa”, em Ramalho / Ribeiro (org.s), *Entre ser e estar. Raízes, Percursos e Discursos da Identidade*, Porto, Afrontamento, pp. 307-48.
- Martins (2007): Guilherme de Oliveira Martins, *Portugal: Identidade e Diferença. Aventuras da Memória*, Lisboa, Gradiva.
- Mendonça (1849): A. P. Lopes de Mendonça, *Curso de Litteratura no Gremio Litterario: Influencia da Litteratura do seculo 18 na Litteratura do seculo 19 -Caracter da Poesia n’ este Seculo*, Lisboa, Typographia de António José da Rocha.

- Palma-Ferreira (1985) João Palma-Ferreira, *Literatura Portuguesa - História e Crítica*, vl. I, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Perkins (1992): David Perkins, *Is Literary History Possible?* Baltimore/London: The Johns Hopkins U. P.
- Quadros (1989): António Quadros, *A Ideia de Portugal na Literatura Portuguesa dos Últimos 100 Anos*, Lisboa, Fundação Lusíada.
- Quental (1872): Antero de Quental, *Considerações sobre a Philosophia da Historia Litteraria Portugueza (a proposito d' alguns livros recentes)*, Porto/Braga, Livraria Internacional de Ernesto Chardron e Eugenio Chardron.
- Real (2007): Miguel Real, *A morte de Portugal*, Porto, Campo das Letras.
- Salgado Júnior (1930): António Salgado Júnior, *História das Conferências do Casino (1871)*, Lisboa, Tipografia da Cooperativa Militar.
- Santos (1994): Boaventura Sousa Santos, *Pela Mão de Alice. O Social e o Político na Pós-Modernidade*, 3ª ed., Porto, Edições Afrontamento.
- Saraiva (1996): António José Saraiva, *A Cultura em Portugal. Teoria e História: Introdução Geral à Cultura Portuguesa*, vl. I, 2ª ed., Lisboa, Gradiva.
- Schlegel (1829): Friedrich Schlegel, *Histoire de la Littérature Ancienne et Moderne*, 2 vl.s., trad. de William Duckett, Paris, Th. Ballimore / Genève, Cherbuliez [1815].
- Serrão (1983): Joel Serrão, *Temas de cultura portuguesa*, Lisboa, Horizonte.
- Smith (1997) Anthony D. Smith, *A Identidade Nacional*, Lisboa, Gradiva [1991].
- Staël (1968): Madame de Staël, *De l' Allemagne*, T. I e II, edição de Simone Balayé, [1813].
- Staël (1991): Madame de Staël, *De la Littérature considérée dans ses rapports avec les institutions sociales*, ed. de Gérard Gengembre e Jean Goldzink, Paris, Flammarion [1800].
- Thiesse (1999): Anne-Marie Thiesse, *La Création des Identités Nationales. Europe XVIII.º XX.º siècle*, Paris, Seuil.